

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

DA CONSTRUÇÃO DO ANTIGO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO AO ASSENTAMENTO DO HOLANDÊS

Márcia R. Pereira Tavares, Viviane Saad Dutra
Boletim Gaúcho de Geografia, 24: 132-133, maio, 1998.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39149/26327>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1998

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

DA CONSTRUÇÃO DO ANTIGO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO AO ASSENTAMENTO DO HOLANDÊS

Márcia R. Pereira Tavares
Viviane Saad Dutra *

O objetivo do presente trabalho¹ é dar uma noção da organização e do funcionamento de um assentamento de famílias sem-terra na “Fazenda do Holandês”, bem como a trajetória dos acampados (até seu assentamento) a partir de um pequeno histórico da estrutura fundiária do norte do Rio Grande do Sul.

A origem dos problemas no campo, no caso especialmente aqui tratado da Fazenda Anoni, está associada à formação do antigo território do município de Passo Fundo, localizado no norte da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.

A grande propriedade fundiária nos campos do Planalto Médio se forma principalmente a partir do início do século XIX. A Lei de Terras de 1850, ao transformar a terra em mercadoria, consolida a grande propriedade nos campos, em todo o norte da Província. Até o final da República Velha, pelo apossamento livre por milicianos e tropeiros, ocorre a exclusão dos caboclos lavradores pobres e coletores de erva-mate pelos poderes central e provincial e pelo capital das companhias colonizadoras.

Ao final do século XIX, a renda gerada pelo trabalho escravo é substituída pela venda de lotes a colonos, que passaram a afluir ao novo mercado de terras no norte do estado. São “nacionais” e imigrantes de origem italiana.

Ao término da República Velha, a propriedade privada já está consolidada. As colônias privadas ocupam extensas áreas no antigo território de Passo Fundo, das quais nascem vários municípios, como: Sarandi, Ronda Alta, Não-Me-Toque e outros. Neste mesmo território está contida uma legião de camponeses caboclos que, pela “intrusão”, constituem um grupo que envolve grandes problemas fundiários no campo (Rückert, 1996).

A partir de então, nos governos subseqüentes, pouco se tratou da questão agrária até o governo do presidente João Goulart, na década de 60. Tendo como meta de governo a Reforma Agrária para a democratização do uso da terra, aquele governo fixa regras, realizando pequenas mudanças para uma enorme massa de expropriados do campo, que intensificam sua organização. Em 1966 é promulgado o Estatuto da Terra pelo então Presidente Castelo Branco. Essa lei previa uma política mais agressiva em favor do trabalhador rural e possibilitava a realização de uma reforma agrária moderada. Até o final da ditadura militar, o país já contava com 12 milhões de famílias sem-terra e mais de 1000 camponeses assassinados.

O êxodo rural intensifica-se, com o assombroso número de 24 milhões de brasileiros migrando para as cidades somente na década de 70.

Em março de 1985, o Presidente José Sarney cria o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária. Neste momento, já existem 2000 focos de conflitos agrários e o Plano Nacional de Reforma Agrária “não sai do papel”.

¹ Resumo de trabalho realizado como atividade da disciplina de Geografia Agrária, do Curso de Geografia da UFRGS, ministrada pelo professor Aldomar Rückert.

Em outubro de 1985, 1500 famílias de sem-terra ocupam a Fazenda Anoni, após 14 anos do decreto de desapropriação.

Em 1987, 170 famílias (das 2000 acampadas) são assentadas. Para cultivarem a terra dividem-se em 16 acampamentos ou núcleos.

Hoje, trabalham sob três sistemas de produção, em que 7 famílias optaram pelo trabalho familiar, 3 famílias possuem associação de máquinas e 23 famílias possuem associação de produtores no trabalho dos lotes. As decisões sobre a utilização dos lucros de cada safra são tomadas em assembléia.

* Acadêmicas no Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO, RS

*Marcilei Jost Schakofski **

A comunicação apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa *Geoprocessamento aplicado ao desenvolvimento sócio-econômico dos municípios do CRD do Noroeste Colonial* que tem como objetivo geral contribuir ao desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável da Região Noroeste, subsidiando os processos municipais de planejamento e gestão territorial.

O projeto é desenvolvido pela equipe do Laboratório de Geoprocessamento e Análise Territorial da Unijuí. Tem como etapa inicial a resolução do Cadastro Técnico Rural do Município de Santo Augusto, primeiro município a implantar o programa CDR, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria. Como dados preliminares de aproximadamente 50% do total de boletins cadastrais, foram selecionadas algumas variáveis, no quesito estrutura fundiária, as quais poderiam ser comparadas com o Censo Agropecuário de 1985. A estrutura fundiária, segundo o tamanho dos estabelecimentos, foi classificada em quatro intervalos em hectares: menores que 19 ha; de 20 a 49 ha; de 50 a 199 ha e maiores que 200 ha. Constatou-se que, em relação ao ano de 1985, diminuíra o número dos estabelecimentos agropecuários com dimensões menores que 200 ha. O grupo de estabelecimentos com áreas maiores que 200 ha aumentou significativamente em 1997.

Com os mesmos grupos de áreas, segundo o número dos estabelecimentos agropecuários, pode-se perceber que o número de estabelecimentos nas áreas menores que 19 ha, ou seja, as pequenas propriedades, têm aumentado, entre 1985 e 1997.

Através dos dados preliminares do número de estabelecimentos conforme a condição do produtor foram selecionadas algumas variáveis que serão relacionadas com os dados do Censo Agropecuário de 1985. São representados, para os anos de 1985 e 1996-1997, o número de estabelecimentos em percentagem, conforme a condição do produtor em proprietário, arrendatário, posseiro e outros. Percebe-se que houve um leve declínio no número de estabelecimentos na condição de posseiro.